

A SAÚDE PÚBLICA E OS SEUS AGENTES EM PORTUGAL: O CASO DOS BOTICÁRIOS (1521-1557)

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

1. A saúde pública constituíu, desde cedo, uma preocupação, quer dos particulares, quer da coroa. Se é um facto que, desde o século XII, algumas pessoas deixaram certos bens para fundar ou manter hospitais ou outras casas de assistência destinadas a pobres e a viajantes, além das instituições especificamente dirigidas a doentes, como gafarias (1), também é verdade que a partir dos finais de Quatrocentos os hospitais se caracterizaram pelo acolhimento que forneceram a enfermos, constituindo uma preocupação dos monarcas, que aprovaram compromissos e fizeram dotações (2). De qualquer modo, esta situação não obstou a que o final da Idade Média fosse de crise para os estabelecimentos de assistência (3).

Na época moderna, D. João III, dando continuidade a uma prática anterior, preocupou-se com a preservação do bem estar das populações, nomeadamente através da designação dum provedor-mor da saúde, a 27 de Setembro de 1526, nomeação essa que recaíu no desembargador Pedro Vaz, após este se ter deslocado a Itália no intuito de estudar as soluções adoptadas em Roma, Milão e Florença face às epidemias (4). Aliás, refira-se que as pestes desencadearam, desde a Idade Média, uma série de medidas preventivas e de emergência levadas a cabo pelos municípios (5), com o apoio da coroa, que veio a punir aqueles que viessem

de locais pestíferos (6) e tentassem entrar em zonas sãs sem a devida autorização (7).

Para levar a bom termo a necessária assistência, eram necessárias várias condições. Desde uma cobertura hospitalar suficiente (8), passando obviamente pela existência de profissionais de saúde qualificados, e terminando na própria educação dos doentes, que nem sempre recorriam aos físicos e cirurgiões, mas às bruxas, curandeiros ou mulheres de virtude (9). Não eram estes problemas de fácil solução. Sabe-se que foram aumentando em número os graduados em Medicina, cuja preparação se fazia no reino e no estrangeiro, nomeadamente nas universidades de Salamanca (10) e de Montpellier (11), vindo estes posteriormente a pedir equivalência dos títulos obtidos (12). Mas sabe-se também que, após a transferência definitiva da universidade portuguesa de Lisboa para Coimbra, em 1537 (13), os professores de Medicina não acompanharam esta mudança, vindo as cadeiras a aparecer à medida que apareciam mestres idóneos, alguns dos quais estrangeiros, tal é o caso de Rodrigo Reynoso, um Castelhana que em 1545 ocupou a cadeira de Prima (14). Não será este o único, basta pensar em Martim de Azpilcueta e em Afonso de Guevara (15), este último —ou os seus discípulos de Valladolid ou Guadalupe— terá sido o introdutor do ensino da anatomia e da dissecação de cadáveres em Portugal (16). Recorde-se a propósito que houve um importante centro de aprendizagem de cirurgia em Guadalupe (17), o qual foi frequentado por Portugueses (18), e de onde vieram médicos, nomeadamente para tentar curar a rainha D. Maria, mulher de D. Manuel (19).

Mesmo assim, a prática da Medicina por pessoas não qualificadas era muito vulgar, vindo a dar lugar a situações de risco. Por exemplo, em 1550, Catarina Afonso, a Castelhana, uma viúva de 60 anos, moradora em Barcelos, foi condenada a três anos de degredo para o Norte de África com barão e pregão, vindo a pena a ser comutada em degredo para o couto do Sabugal, porque «se fazia mestre não ho sendo e que curava de muitas infirmitades e principalmente destes malles de boubas as quais cousas fazia com beberagens que dava aos doentes», tendo vindo a morrer várias pessoas (20).

De qualquer modo, o monarca também permitia que pessoas sem frequência universitária curassem certas doenças, desde que fossem examinados pelo cirurgião-mor. De entre estas temos algumas mulheres. A 15 de Fevereiro de 1544, Leonor Afonso, moradora em Rio Torto, termo de Chaves, obteve carta de cirurgia (21). A 19 do mesmo mês, Graça Gonçalves, moradora em Matosinhos, foi autorizada a «curar de cousas quebra-

das e fora de seu luguar e asy de quallquer outras curas de solorgia» (22). A 30 de Outubro, Madalena Fernandes de Castro, moradora no Porto, teve autorização para «curar destes males de boubas e de curymentos e chaguas» (23). A 30 de Agosto de 1552, foi a vez de Isabel Alvares obter carta de cirurgia, só válida para exercer tal actividade no Vimiero e seu termo.(24). Todas estas mulheres (25) foram examinadas por Mestre Gil. Por seu turno, a 24 de Abril de 1532 João Fernandes solicitou a D. João III autorização para continuar a curar e benzer «todas as pessoas e alymaryas de dor de caes danados» (26), numa clara mistua entre credence e medicina.

2. Para a cura das doenças dos foros físico e psíquico (27) eram, pois, necessários, físicos e cirurgiões (28), mas também barbeiros, parteiras e boticários (29). Destes últimos, nada sabemos antes do século xv em relação a Portugal, se bem que Medicina e Farmácia tenham estado juntas, uma vez que, de início, os clínicos preparavam os medicamentos de que se serviam (30). Em Castela, aparecem referências a boticários desde 1217, sabendo-se que a formação dos mesmos se adquiria trabalhando em boticas ou em hospitais durante um certo tempo, ao fim do qual o candidato a boticário se deveria apresentar ao Tribunal del Real Protomedicato, o qual passava uma carta de exame (31).

No que se refere a Portugal, uma lei de 9 de Março de 1450 determinava que os municípios, através dos rendeiros e recebedores das sisas, visitassem as boticas (32). Mais tarde, em 1497, o físico mor, Mestre Rodrigo, elaborará o primeiro regimento dos preços dos medicamentos (33). Em 1515, no regimento do físico-mor, proíbe-se aos boticários a venda de mezinhas a preço superior às do boticário da corte (34). Antes ainda, em 1497, a câmara de Lisboa decretou uma série de prescrições no intuito de salvaguardar os interesses dos utentes (35). Quanto ao cargo de farmacêutico do Hospital Real de Todos os Santos, sabe-se que foi regulamentado em 1504, sendo plausível que o boticário também vendesse mezinhas aos doentes que não estando internados se íam apenas consultar (36).

Estudar os boticários, implica também estudar as boticas, as antigas farmácias, embora o termo tenha começado por ter um significado mais abrangente (37). Nelas se guardavam xaropes, águas, electuários, solutivos, pílulas, emplastros, unguentos, óleos, ervas, pós, conservas e sim-

ples, a avaliarmos por um rol de preços de 1572 (38). Ao boticário cabia manipular os fármacos segundo as indicações dos médicos. A partir de 1498, no intuito de facilitar os doentes e os boticários, os físicos foram proibidos de passar receitas em latim (39). Na terapia, além da dieta e da cirurgia, a medicação era fundamental, verificando-se muitas influências da farmacopeia antiga e nomeadamente da grega e da árabe, bem como o recurso as plantas (40). Aliás, o uso destas foi uma constante (41), quer pelos boticários, quer pelos curandeiros (42).

No entanto, as *Ordenações Manuelinas* proibiam a posse de determinados produtos, salvo aos boticários, os quais só deveriam vender certas substâncias a pessoas idóneas que não as fossem dar a outrém. Tais produtos só deveriam ser utilizados em mezinhas segundo ordem médica. O desrespeito do estabelecido implicava o pagamento de uma multa de 50 cruzados após a primeira infracção (43).

No caso da farmacopeia portuguesa da época moderna, verifica-se uma grande influência de produtos provenientes da costa ocidental africana (44), do Brasil (45) e também do Oriente, facto a que se ligam os descobrimentos e a expansão. Realmente, o contacto entre povos e civilizações diferentes, promoveu a circulação de produtos e técnicas que até então eram exclusivas de certos espaços (46), permitindo salientarmos o aspecto racionalista pragmático-experimental da cultura deste período (47), o qual se traduz, no campo da farmacopeia, em obras como os *Colóquios dos Simples e das Drogas* de Garcia da Orta (48) e o *Tratado das Drogas e Medicina das Índias Orientais* de Cristóvão da Costa (49).

Contudo, se importa não esquecer o enriquecimento europeu ocorrido em consequência da presença portuguesa no Oriente, também deve ser salientado o facto dos Portugueses levarem para outras paragens os seus fármacos, os seus métodos e as suas mezinhas, se bem que o clima e a morosidade das viagens levasse, por vezes, à deterioração dos produtos. Disso mesmo deu conta Tomé Pires, em carta escrita de Cochim a D. Manuel, em 1516: «Nom envie Vosa alteza de laa nenhuas mezinhas compostas pera qua de nenhuma sorte e comdição salvante trementina alvayade azinhavre [...] pois que as cousas que as façam os buticairos e solorgiaes e físicos [...] e tudo se gasta debalde tudo se qua resolve em cousas que qua ha e encurtara vosa alteza a despesa das mezinhas pois que nom aproveytam por pasarem grandes quenturas com per ser qua outro clima» (50).

Mesmo assim, e quer beneficiando dos produtos existentes nos locais de acolhimento, quer levando do reino, os Portugueses foram abrindo bo-

ticas, anexas aos hospitais, nos diversos locais onde se fixaram. tais como Cochim, Cananor, Goa, Chaul, Malaca, Tidore, Diu, Funai, Arzila e Congo (51). Há ainda a registar as boticas que seguiam a bordo, umas caixas de madeira ou de folha de Flandres, de tamanho variável onde se guardavam os medicamentos cuja responsabilidade competia ao boticário (52). Alguns dos produtos que seguiam nas naus, e que hoje são conhecidos (53), nem sempre se mostravam eficazes no combate às doenças. Estas boticas eram utilizadas nas viagens com destino ao Oriente, à costa ocidental africana e ao Brasil, e também nas que os Castelhanos empreendiam ao Novo Mundo. De facto, a primeira farmácia da América Espanhola partiu de Sevilha, em 1514 (54).

3. Cabe agora determo-nos sobre os boticários portugueses durante o reinado de D. João III, isto é, entre 1521 e 1557. O modo de obter carta

Quadro I

NÚMERO DE CARTAS DE BÓTICÁRIO POR ANO

1521	0	1540	11
1522	4	1541	2
1523	0	1542	3
1524	4	1543	3
1525	6	1544	1
1526	2	1545	17
1527	4	1546	5
1528	3	1547	4
1529	2	1548	17
1530	3	1549	12
1531	3	1550	9
1532	8	1551	9
1533	5	1552	2
1534	5	1553	7
1535	0	1554	2
1536	6	1555	5
1537	6	1556	6
1538	7	1557	3
1539	6		
TOTAL		193	

de exame era semelhante ao dos seus congéneres castelhanos, ou seja, mediante a aprovação do examinador, o físico-mor ou o cirurgião-mor, e tal como para os físicos e cirurgiões portugueses (55). De qualquer modo, os pormenores do exame são-nos desconhecidos, uma vez que as 193 cartas analisadas são omissas a esse respeito.

Quanto aos examinadores, aparecem os nomes do físico-mor Dr. Diogo Lopes, até 1543, e de Mestre Lopo, boticário de D. João III, nos anos de 1525 e 1526, em paralelo com outras cartas cujo examinador foi o referido físico-mor. A partir de 1544 temos o nome do Dr. Diogo Franco, se bem que muitas cartas das décadas de 40 e 50 apenas refiram o Dr. Mestre Diogo. A partir de 1551 continuam a parecer cartas do mesmo, bem como do físico-mor, o licenciado Leonardo Nunes.

A variação das cartas, ao longo do período em estudo, é bastante irregular, oscilando entre nenhuma nos anos de 1521 —de facto, o reinado de D. João III apenas abrange alguns dias de Dezembro deste ano—, 1523, 1535, para atingir 17 em 1545 e em 1548. A média é de cinco cartas por ano. Contudo, a década de 40 foi a mais importante, com 73 documentos, ou seja, 38% do total.

Igualmente a distribuição geográfica dos boticários ao longo do reino está longe de ser equitativa. Por ordem decrescente temos as comarcas da Estremadura - com 53 boticários em Lisboa, 11 em Santarém, quatro em Coimbra e um em Aveiro, Oeiras, Óbidos, Benavente, Leiria, Tomar, Almeirim, Torres Novas, Caldas e Alenquer —Além Tejo— com cartas outorgadas a 13 boticários de Évora, sete de Setúbal, cinco de Montemor-o Novo, três de Alcacer e de Beja, dois de Serpa, de Moura de Portalegre e de Olivença, e um do Crato, de Avis, de Portel, de Elvas, de Viana a par de Alvito, de Torrão, de Campo Maior, de Estremoz, de Vila Viçosa, de Sesimbra e de Castelo de Vide —Algarve— nomeadamente com oito boticários de Tavira, três de Faro e um de Portimão —Beira— com seis em Lamego, dois na Covilhã, e um na Guarda, e outro em Viseu —Entre Douro e Minho— comarca da qual recebem carta de boticário dois indivíduos do Porto, dois de Viana e um de Braga e por último Trás-os-Montes com dois em Miranda do Douro, um em Vila Real e outro em Vila Flor.

Nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, bem como nas zonas de presença portuguesa do continente africano e da Ásia existiam igualmente boticários portugueses. Na Madeira estava Diogo Romeiro, cuja carta data de 1525 (56) e Luís Meireles, o qual obteve licença em 1550 (57). Antes ainda, em 1528, Miguel Antunes, estante no Funchal (58), tal como Al-

varo de Meireles, em 1531 (59), também obtiveram cartas. Em 1545, foi a vez de Inhego Lopes, morador em Santa Cruz (60) e em 1548 a de Rui Gonçalves, da Calheta (61). Nos Açores temos Henrique Coronel, da ilha Terceira, cuja carta é de 1549 (62) e António Rodrigues, de Ponta Delgada, de 1551 (63).

Para Arzila irá Aires Vaz a partir de 1546 (64), substituindo o pai, Rui Vaz, e tendo 4000 reais de tença por ano, depois de ter obtido carta de boticário em 1545 (65). Em 1534, Francisco de Colhera, morador em Alcácer Ceguer, fica aí como boticário, após o exame de Diogo Lopes, substituindo Diogo de Colhera, seu pai, então falecido (66). Afonso Cide irá para S Jorge da Mina em 1546 (67), Duarte da Costa em 1551 (68) e André Filipe no ano seguinte (69). Em 1553 será a vez de António Fernandes (70), enquanto Cristóvão Vaz obterá carta em 1555, depois de ser boticário na Mina durante dois anos (71).

No Oriente, concretamente em Goa, foram boticários Salvador Gonçalves, com carta de 1532 (72) e Fernão Rodrigues, com documento semelhante obtido em 1541 (73). Por seu turno, em 1538, João Rodrigues, morador em Goa, foi provido pelo governador da Índia para ir desempenhar tal ofício em Diu (74). Em Ormuz, Gaspar Gonçalves detinha a botica do hospital desde 1540 (75), havendo ainda a registar os nomes de António Mendes (76) e de Francisco Lopes, este com cargo só por três anos (77), e ainda o de Álvaro Pinto, nomeado em 1550 (78). Alguns documentos fornecem mais informações sobre as actividades destes e de outros boticários (79). Por exemplo, Simão Alvares, boticário em Maluco, recebeu do feitor 12 032 reais em 1530 (80). Bernardo Pires, boticário em Baçaim, deveria fornecer as mezinhas a o hospital local, segundo informa um documento de 1539 (81). Em 1550, o boticário de Goa entregou aos hospitais de Cochim muitas mezinhas que constam dum rol - de entre os produtos temos emplastos, xaropes, óleos, pós, canafistola, unguentos, ruiubarbo, cana de mirabolano, água rosada, mirra, vinagre rosado, tamarindo, coral, incenso, cera, farinha, especiarias, pedra ume, mel rosado, canfora, açúcar rosado, ovos, sumos, sementes e gomas de «toda a sorte» (82). Em Chaul o boticário do hospital era, em 1528, Bartolomeu Gonçalves, solvendo o ordenado de 30 mil reais por ano, e, em 1545, estava como boticário mor Simão Álvares (83).

Os serviços dos boticários eram, por vezes, recompensados com mercês. Em 1532 Pero Fernandes, boticário em Tanger, passou a receber 4000 reais por ano, enquanto aí mantivesse a botica «de comtyno provida de todas as mezinhas e cousas necessaryas pera os doentes e ferydos que

na dita cidade ha» (84). Em 1542 João Rodrigues, boticário em Diu, foi feito cavaleiro por ter participado no socorro do cerco de Diu com António da Silveira (85). Outros documentos fornecem-nos informações diferentes. Por um de 1535 sabemos que Mestre Lopo, boticário do rei, recebeu 2736 reais de vestimenta (86). Em 1542 aposentou-se. Passará a receber, a partir de 1543, uma tença anual, até à sua morte, de três moios de trigo assentados no almoxarifado do reguengo novo de Beja (87). Em 1549, como cavaleiro da casa do rei, passou a receber a tença de 18 mil reais, 13.522 de moradia e o resto de vestimenta, tudo em numerário (88). Em Agosto de 1554 tinha já falecido. Foi então nomeado Diogo Romeiro de Aramaio, o qual passou a receber 365 reais por mês e três quartos de cevada por dia quando tivesse cavalo, além de outras regalias (89). Estas determinações devem ter substituído umas outras anteriores, que lhe concediam 20 mil reais por ano (90). Anos antes, em 1534, era boticário do rei um Tristão de Azevedo, o qual recebeu 2736 reais de vestimenta (91).

A Rainha D. Catarina também recompensou os seus boticários. Em 1527 servia-a Mateus Moreno, o qual recebeu 20 mil reais de mercê. Em 1530 recebeu serviços de João Nunes e a partir de 1550 de Luís Nunes (92). Por seu turno, João Rodrigues de Sequeira serviu na botica da infanta D. Maria, vindo a ser contemplado com 10 mil reais de tença por ano. A infante teve também ao serviço da sua botica Duarte Ribeiro, que recebeu igual quantia (93).

A importância dos boticários era grande. Como profissionais da saúde parecem ter sido bem vistos, quer pela coroa, quer pelas populações em geral. A sua preparação supervisionada pelo físico-mor ou pelo boticário do rei, os quais só passavam cartas de boticários áqueles que «avia muitos anos [...] que usava e praticava arte de botica» (94), ou aos que o examinador encontrava «asy idonyo e expreto e soficientme» (95), constituíam uma garantia da qualidade dos serviços prestados por estes homens. Nem todas as terras possuíam botica e boticários. A sua concentração nos centros urbanos, não impediu, contudo, que locais mais pequenos tivessem oportunidade de beneficiar dos serviços destes agentes de saúde. Por vezes, são as próprias terras que os solicitam à coroa, tal como Serpa em 1557 (96).

Mesmo assim, nem tudo corria bem aos boticários. Uns tiveram problemas com a Inquisição (97); outros foram vítimas dos roubos dos Franceses, tal é o caso de Afonso Rodrigues, morador em Tavira, que no ano de 1536 ficou sem uma carga de figos (98); outros ainda, como Fernando Rodrigues, boticário em Goa, teve um dissídio com os irmãos da Misericór-

dia local sobre o preço das mezinhas (99). Problemas de índole diferente foram sentidos por Salvador Gonçalves, morador em Lisboa, o qual solicitou em 1526 licença de porte de armas, depois de ter sido demandado por Francisco Rodrigues, que o acusou de ter dormido com a filha (100); ou ainda Jerónimo Rodrigues, igualmente boticário em Lisboa, que requereu licença semelhante em 1539, porque receava Diogo Fernandes, um serralleiro que já o havia ferido na mão e o ameaçara de morte (101).

Sobre a influência social deste grupo e o seu poder económico pouco sabemos. Alguns parecem ter tido uma situação estável (102). Vários obtiveram licença para andar de mula - tais são os casos de Gonçalo Fernandes, morador em Évora (103), Mestre Lopo, este já com licença de D. Manuel, confirmada em 1528 por D. João III (104); bem como, em 1523, Francisco Gonçalves, igualmente boticário do rei (105) e Pedro Dias, morador em Montemor-o-Novo (106). Outros ainda, como António Rodrigues, boticário em Tomar, conseguiram carta de privilégio de cidadão do Porto (107).

Os boticários aparecem ainda envolvidos em negócios diversos. Não só ligados às mezinhas, como nos demonstram os documentos referentes às receitas e remédios que se deram aos doentes da armada do Estreito em 1528 (108), ou aos medicamentos fornecidos às galeotas em 1531 (109), ou ao hospital de Évora um ano antes (110), ou ainda aos fármacos para as boticas com destino a Safim, à Mina e à armada do Levante (111). Mas também em relação ao aforamento de duas boticas à porta da Alfama, em Lisboa, como o fez Tristão da Cunha, fidalgo da casa do rei, em 1540 (112), bem como a compra, por Sebastião Vaz, boticário de Évora, de 144 reais de foro de umas casas à Porta Nova por 4320 reais. As casas eram foreiras do rei, o qual mandou vender os foros à razão de 30 mil reais o milheiro (113).

Havia ainda homens que começavam por ser boticários, ou pelo menos dominar o conhecimento das ervas, obtendo mais tarde cartas de físicos e de cirurgiões. Em 1540 Filipe Ferreira, morador em Alcochete «com algumas mezinhas *scilicet* ervas e raizes sabia curar de muitas enfermidades», vindo a conseguir autorização para o exercício de «curar de físico» em Alcochete e Ribatejo (114) João Teixeira, boticário, morador em Leiria, obteve, em 1551, carta de cirurgia, após ter sido examinado pelo Doutor Mestre Gil, cirurgião-mor (115).

No cerimonial das procissões, nomeadamente da de *Corpus Christi*, sabe-se que, desde 1518, os mercadores dos panos de Santarém precediam os boticários havendo a seguinte ordem: quatro tochas da câmara no iní-

cio, duas dos tabeliães do judicial, duas dos tabeliães das notas, quatro dos mercadores e duas dos boticários. Tal foi confirmado em 1535 (116).

Temos assim um conjunto de elementos que nos permitem fazer alguma ideia da importância dos boticários portugueses durante o reinado de D. João III, quer no reino, quer nos territórios de presença portuguesa em África e na Ásia. Se bem que o número deles seja obviamente maior do que aqueles que obtiveram carta neste período —basta pensarmos nos que vieram do reinado de D Manuel— a documentação estudada permite tecer algumas considerações que visaram explicitar melhor o papel destes profissionais da saúde pública deste período.

ANEXO I

BOTICÁRIOS DE PORTUGAL CONTINENTAL EXAMINADOS ENTRE 1522 E 1557

<i>Fonte a)</i>	<i>Data</i>	<i>Nome</i>	<i>Local</i>
liv. 51, fol. 11	7-2-1522	Gabriel Tavares	Lisboa
liv. 51, fol. 138v	5-3-1522	Gonçalo Fernandes	Santarém
liv. 51, fol. 182v	25-6-1522	Jorge de Morais	Lisboa
liv. 46, fol. 111	9-7-1522	Francisco de Aragão	Lisboa
liv. 41, fol. 84	26-2-1524	Francisco Pires	Oliveira
liv. 37, fol. 21 v	5-4-1524	Pero Francisco	Lisboa
liv. 37, fol. 68	14-5-1524	Manuel Nunes	Coimbra
liv. 37, fol. 93v	24-6-1524	Diogode Pais	Portalegre
liv. 8, fol. 43v	1-3-1525	Belchior Fernandes	Évora
liv. 8, fol. 44v	12-3-1525	Francisco Mendes	Évora
liv. 36, fol. 72v	6-5-1525	Domingos Alvares	Beja
liv. 8, fol. 137v	10-6-1525	Silvestre Lourenco	Santarém
liv. 8, fol. 138	28-11-1525	Afonso Fernandes	Tavira
liv. 36, fol. 26	30-1-1526	João Penteadado	Setúbal
liv. 36, fol. 89v	2-6-1526	Diogo Nunes	Beja
liv. 36, fol. 155	8-8-1526	António Filipe	Lisboa
liv. 30, fol. 118v	27-2-1527	Afonso Lopes	Lisboa
liv. 30, fol. 78	22-3-1527	António Coresma	Tavira
liv. 30, fol. 116v	30-7-1527	Pedro Dias	Portel
liv. 30, fol. 170	12-10-1527	Manuel Vaz	Faro
liv. 14, fol. 20v	2-2-1528	Femão Vaz	Moura
liv. 47, fol. 38	14-5-1529	Garaa de Gusmão	Tavira
liv. 14, fol. 108	26-5-1528	João Ferreira	Setúbal
liv. 48, fol. 58	8-8-1529	Femão Dias	Lisboa
liv. 19, fol. 179	29-1-1530	Jorge Calado	Lisboa
liv. 42, fol. 39v	4-3-1530	Estevão Nunes	Lisboa
liv. 9, fol. 53	18-12-1530	Manuel Hennques	Lisboa
liv. 9, fol. 31	10-3-1531	Manuel Pires	Beja
liv. 9, fol. 58	30-6-1531	Simão Rodrigues	Santarém
liv. 16, fol. 37	11-4-1532	DiogoVaz	Lisboa
liv. 16, fol. 42v	16-4-1532	Jorge Pinheiro	Montemor-o-Novo
liv. 16 fol. 52v	10-5-1532	Francisco Rodrigues	Lisboa
liv. 16. n 112	7-8-1532	João Dias	Lisboa
liv. 16 fol. 125v	24-9-1532	João Fernandes	Aveiro
liv. 19, fol. 209v	13-10-1532	Luís Fernandes	Lisboa
liv. 19, fol. 98	2-12-1532	Pedro Fernandes	Lisboa
liv. 19, fol. 17	19-1-1533	Jerónimo Rodrigues	Portalegre

<i>Fonte a)</i>	<i>Data</i>	<i>Nome</i>	<i>Local</i>
liv. 19, fol. 28v	31-1-1533	Álvaro Lourenço	Tavira
liv. 19, fol. 58v	8-3-1533	Pedro Teixeira	Lisboa
liv 19, fol. 118	8-6-1533	Manuel Álvares	Lisboa
liv. 19, fol. 138	5-8-1533	Jorge Duarte	Porto
liv. 7, fol. 23v	28-1-1534	Rui Lopes	Santarém
liv. 7, fol. 68v	24-3-1534	Sebastião Vaz	Évora
liv. 7, 171v	4-9-1534	Jorge Gomes	Évora
liv. 7, fol. 171	8-9-1534	Álvaro Nunes	Santarem
liv. 21, fol. 15	27-1-1536	Simão Gomes	Évora
liv. 5, fol. 120	8-8-1536	Simão Pinto	Viana
liv. 22, fol. 95	8-10-1536	António Gitar	Lisboa
liv. 21, fol. 182	10-10-1536	Manuel Dias	Montemor-o-Novo
liv. 21, fol. 206	23-11-1536	Francisco Galindo	Évora
liv. 24, fol. 25	28-1-1537	Francisco Femandes	Évora
liv. 24, fol. 20	28-1-1537	Pedro de Gouveia	Lamego
liv. 24, fol. 67	12-3-1537	Diogo Mendes	Évora
liv. 24, fol. 209v	18-9-1537	João Delgado	Lisboa
livc. 49, fol. 138v	15-11-1537	Estevão Dias	Lisboa
liv. 39, fol. 7	4-12-1537	Mem Martins	Lisboa
liv. 49, fol. 59v	29-3-1538	Francisco Mourão	Covilhã
liv. 49, fol. 73	19-4-1538	António de Barentos	Guarda
liv. 49, fol. 107	23-5-1538	Manuel Dias	Coimbra
liv. 49, fol. 143	19-6-1538	Nuno Martins	Alcácer
liv. 49, fol. 153	12-7-1538	Manuel Álvares	Lamego
liv. 49, fol. 261v	23-11-1538	Antão Gonçalves	Santarém
liv. 26, fol. 74v	15-3-1539	Gregório Fernandes	Lisboa
liv. 26, fol. 121	24-5-1539	Rui Dias	Lamego
liv. 26, fol. 168	2-8-1539	Afonso Cide	Santarém
liv. 26, fol. 182v	21-8-1539	António Gomes	Tavira
liv. 26, fol. 220	4-10-1539	Gaspar Gonçalves	Lisboa
liv. 26, fol. 238v	3-11-1539	Henrique Godinho	Alcácer
liv. 40, fol. 4	7-1-1540	Tomás Álvares	Oeiras
liv. 40, fol. 30	16-2-1540	Francisco de Baeça	Portimão
liv. 40, fol. 96	7-5-1540	Manuel Rodrigues	Setúbal
liv. 40, fol. 110v.	12-5-1540	Fernão de Góis	Lisboa
liv. 40, fol. 111v	2-9-1540	Luís de Pina	Elvas
liv. 40, fol. 158v	29-7-1540	Francisco Verga	Lisboa
liv. 40, fol. 160	30-7-1540	Heitor Lopes	Évora
liv. 40, fol. 191v	2-9-1540	Jorge Nogueira	Lisboa
liv. 40, fol. 199	28-9-1540	Baltasar Lopes	Lisboa
liv. 40, fol. 217v	15-10-1540	Sebastião Mendes	Miranda do Douro
liv. 31, fol. 9v	5-2-1541	Alvaro Marques Vadilho	Obidos
liv. 38, fol. 128	5-9-1542	João Ribeiro	Setúbal

<i>Fonte a)</i>	<i>Data</i>	<i>Nome</i>	<i>Local</i>
liv. 38, fol. 169	27-9-1542	António Lopes	Lisboa
liv. 6, fol. 38	9-2-1543	Jacome Rodrigues	Lamego
liv. 6, fol. 62	9-4-1543	Miguel Femandes	Benavente
liv. 6, fol. 116	21-8-1543	Simão Lopes	Leina
liv. 5, fol. 142v	6-12-1544	Simão Pires	Évora
liv. 25, fol. 156	23-10-1545	Bento Rodrigues	Lisboa
liv. 25, fol. 66v	13-4-1545	Fernão de Morais	Covilhã
liv. 25, fol. 64	13-4-1545	Manuel Gomes	Évora
liv. 25, fol. 76	20-4-1545	João Femandes	Coimbra (b)
liv. 25, fol. 106	16-6-1545	Diogo Rodrigues	Évora
liv. 25, fol. 105	16-6-1545	Pero Tabora	Tomar
liv. 25, fol. 128	20-7-1545	Jorge Dinis	Lisboa
liv. 25, fol. 166	29-9-1545	Vasco Baião	Tavira
liv. 25, fol. 170v	4-10-1545	Miguel Rodrigues	Faro
liv. 25, fol. 175	7-10-1545	Bento Lopes	Montemor-o-Novo
liv. 25, fol. 180	16-10-1545	Diogo Martins	Torrão
liv. 25, fol. 180v	22-10-1545	Fernão Gomes	Montemor-o-Novo
liv. 25, fol. 181	23-10-1545	Jorge Cardoso	Lamego
liv. 25, fol. 184	3-11-1545	Pedro Rodrigues	Olivença
liv. 25, fol. 195v	8-11-1545	Luís Mendes	Moura
liv. 33, fol. 8	21-1-1546	Manuel Varela	Almeirim
liv. 33, fol. 8v	23-1-1546	António Sardinha	Santarém
liv. 33, fol. 8v	4-2-1546	Francisco Dias	Lisboa
liv. 15, fol. 102	2-8-1547	João Rabelo	Lisboa
liv. 38, fol. 128	5-9-1547	João Ribeiro	Setúbal
liv. 38, fol. 169	27-9-1547	António Lopes	Lisboa
liv. 70, fol. 112v	28-1-1548	Diogo de Castro	Lisboa
liv. 55, fol. 25v	14-2-1548	Afonso de Ilhoa	Lisboa
liv. 60, fol. 10v	14-2-1548	Francisco Lopes	Lisboa
liv. 67, fol. 14	13-3-1548	João Vaz	Faro
liv. 70, fol. 23	30-3-1548	Simão Nunes	Lisboa
liv. 67, fol. 22v	21-4-1548	Estêvão Dias	Setúbal
liv. 60, fol. 62	6-5-1548	Manuel Ferreira	Lisboa
liv. 67, fol. 45v	13-3-1548	Duarte Ribeiro	Torres Novas
liv. 67, fol. 67	28-4-1548	Francisco Sanches	CampoMaior
liv. 70, fol. 82	25-10-1548	António Femandes	Lisboa
liv. 67, fol. 98v	28-10-1548	Lopo Nunes	Montemor-o-Novo
liv. 67, fol. 100	13-11-1548	Jorge Botelho	Viana (Alvito)
liv. 67, fol. 105v	23-12-1548	Duarte Mendes	Estremoz
liv. 70, fol. 112v	28-1-1549	Diogo de Castro	Lisboa
liv. 55, fol. 164	22-7-1549	Sebastião Nunes	Vila Viçosa
liv. 70, fol. 172v	25-7-1549	Sebastião de Vila Fanha	Porto
liv. 70, fol. 180	30-7-1549	Francisco Gomes	Lisboa

<i>Fonte a)</i>	<i>Data</i>	<i>Nome</i>	<i>Local</i>
liv. 60, fol. 151v	7-9-1549	Francisco Barbudo	Lisboa
liv. 55, fol. 197	16-9-1549	Álvaro de Solis	Lisboa
liv. 70, fol. 217v	10-10-1549	Heitor de Matos	Sesimbra
liv. 62, fol. 37	28-3-1550	Pero de Morais	Caldas
liv. 62, fol. 59v	22-5-1550	Gabriel Manins	Tavira
liv. 66, fol. 62	28-5-1550	Duarte da Costa	Lisboa
liv. 64, fol. 102	27-7-1550	João da Costa	Miranda
liv. 64, fol. 107	28-7-1550	Jerónimo Fernandes	Santarém
liv. 64, fol. 119	26-9-1550	Simão Luís	Castelo de Vide
liv. 64, fol. 144	12-10-1550	Pedro Nunes	Alcácer
liv. 60, fol. 185v	4-12-1551	Duarte da Costa	Lisboa
liv. 71, fol. 110v	1-8-1551	Diogo Nunes	Lisboa
liv. 62, fol. 265v	26-10-1551	Henrique Nunes	Viseu
liv. 62, fol. 276v	20-11-1551	João Cardoso	Lamego
liv. 62, fol. 278v	3-12-1551	Gabriel Pinto	Coimbra
liv. 62, fol. 277	4-12-1551	António Esteves	Vila Real
liv. 56, fol. 94v	30-7-1552	Álvaro Mendes	Lisboa
liv. 56, fol. 199	26-2-1553	Álvaro Martins	Setúbal
liv. 56, fol. 252	11-8-1553	Francisco Quaresma	Serpa
liv. 68, fol. 296v	22-10-1553	António Femandes	Lisboa
liv. 68 fol. 315v	6-12-1553	Pedro Garcia	Alenquer
liv. 56, fol. 156	27-1-1553	Heitor Rodrigues	Braga
liv. 57, fol. 125	12-11-1554	Gonçalo Rodrigues	Tavira
liv. 63, fol. 146v	23-11-1554	Gonçalo Barasa	Crato
liv. 62, fol. 5	8-1-1555	Alvaro Goteres	Lisboa
liv. 63, fol. 209	4-3-1555	João Dias Cide	Santarém
liv. 63 fol. 222v	12-3-1555	Rui Gomes	Lisboa
liv. 57, fol. 218	15-3-1555	Francisco Lopes	Lisboa
liv. 54 fol. 10v	28-1-1556	António Luís	Viana
liv. 54, fol. 23v	7-3-1556	Jorge Vaz	Évora
liv 71, fol. 110v	1-8-1556	Diogo Nunes	Lisboa
liv. 65, fol. 148v	7-10-1556	Diogo Pires Nogueira	Santarém
liv. 65 fol. 161	18-11-1556	Bento Rodrigues	Lisboa
liv. 54 fol. 340v	25-6-1557	Francisco Quaresma	Serpa
liv. 59, fol.80	26-6-1557	Pero Lopes Marcos	Vila Flor
liv. 65, fol. 310	30-7-1557	Alvaro Lopes	Avis

a) Arquivos Nacionais/Tombo do Tombo, *Chancelaria* de D. João III.

b) João Femades já era boticário. Nesta data passa a sê-lo na universidade.

NOTAS

- (1) Maria José PIMENTA FERRO TAVARES (1989), *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 124-145; Maria Helena DA CRUZ COELHO (1990), «A Acção dos Particulares para com a Pobreza nos Séculos XI e XII», in *Homens, Espaços e Poderes, Séculos XI-XVI*, vol. I (Notas do Viver Social), Lisboa, Horizonte, pp. 78-101; Hermínia DE VASCONCELOS VILAR (1990), *Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa, 1330-1550*, vol. 1, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- (2) Maria José FERRO TAVARES, *Op. cit.*, pp. 124-245; Maria HELENA COELHO, *op. cit.*, pp. 78-101.
- (3) Paulo DRUMOND BRAGA (1991), «A Crise dos Estabelecimentos de Assistência aos Pobres nos finais da Idade Média», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI, Coimbra, pp. 175-190.
- (4) Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO (1980), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, p. 356.
- (5) Maria José PIMENTA FERRO TAVARES (1987), «A Política Municipal de Saúde Pública (Séculos XIV-XV)», *Revista de História Económica e Social*, vol. 19, Lisboa, pp. 17-32.
- (6) Sobre a geografia da peste no século XVI cfr. Isabel M. R. MENDES DRUMOND BRAGA, «Para o Estudo do Medo no Portugal Quinhentista: Peste e Religiosidade», *Revista de Ciências Históricas*, no prelo.
- (7) Isabel M. R. MENDES DRUMOND BRAGA (1994), «Contribuição Monetária das Comarcas Portuguesas para a Obra da Redenção de Cativos (1523-1539)», *Brigantia*, vol. 14, Bragança, pp. 23-34.
- (8) Sobre a cobertura hospitalar do País na época de D. João III cf. VERÍSSIMO SERRÃO, *op. cit.*, pp. 356-357.
- (9) Francisco BETHENCOURT (1987), *O Imaginário da Magia, Feiticeiras, Sa/udadores e Nigromantes no Século XVI*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 51-66.
- (10) Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO (1971), *Portugueses no Estudo de Salamanca*. Lisboa.
- (11) Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO (1971), *Les Portugais à l'Université de Montpellier*, Paris.
- (12) Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, [...], vol. 3, p. 356.
- (13) Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO (1983), *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmão, p. 109.
- (14) Maximiano DE LEMOS (1991), *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, vol. 1, Lisboa, p. 146.
- (15) Idem, *Ibidem*, pp.147-148.
- (16) Idem (1886), «Medicina Portuguesa. O Hospital Real de Todos os Santos», *A Medicina Contemporânea*, n.º 33, Lisboa, p. 76; Nicolás PÉREZ JIMÉNEZ (1875), *Escuela de Medicina del Monasterio de Guadalupe*, Badajoz, p. 63.
- (17) Guy BEAUJOUAN (1966), *Médecine Humaine ou Vétérinaire à la Fin du Moyen Âge*, Paris, , p. 382. Sobre a cirurgia cf. Nancy G. SIRAISS (1990), *Medieval and Early Renaissance Medicine. An Introduction to Knowledge and Practice*, Chicago, Londres, pp.153-186.

- (18) Isabel Maria RIBEIRO MENDES (1991), «Portugueses na Inquisição de Toledo: o Processo de Manuel Gomes da Silveira (1631-1632), Médico em Guadalupe», *Portugaliae Historica*, II série, vol. I, Lisboa, pp. 259-278.
- (19) *Idem, Ibidem*, p. 268-269.
- (20) Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III, Perdões e Legitimações*, liv. 28, fols. 87v-88.
- (21) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 5, fol. 34v.
- (22) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 5, fol. 69.
- (23) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 6, fol. 143v.
- (24) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 56, fol. 104v.
- (25) Para a época medieval cf. Iria GONÇALVES (1988), «Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As Cartas de Exame», *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Horizonte, pp. 9-52.
- (26) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 16, fols. 64-64v.
- (27) José MATTOSO (1984), «Saúde Corporal e Saúde Mental na Idade Média Portuguesa», *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, pp. 233-259.
- (28) Iria GONÇALVES, *op. cit.*, pp. 9-52.
- (29) Mário DA COSTA ROQUE (1984), «Cirurgiões, Boticários, Parteiras e Barbeiros que na sua maior parte viveram em Lisboa nos séculos XVI e XVII», *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. 29, Lisboa, pp. 119-136.
- (30) Maximiano DE LEMOS, *op. cit.*, vol. 1, p. 95.
- (31) Félix Francisco PASTOR FRECHOSO (1993), *Boticas, Boticarios y Materia Medica en Valladolid (Siglos XVI y XVII)*, [s.l.], pp. 25-26.
- (32) Maximiano DE LEMOS, *op. cit.*, p. 96.
- (33) Manuel DAS DORES TELLO DA FONSECA (1941), *História da Farmácia Portuguesa através da sua Legislação*, vol. 3, Porto, pp. 5-10.
- (34) *Idem, Ibidem*, p. 11.
- (35) Maximiano DE LEMOS, *op. cit.*, pp. 96-97.
- (36) José LEONE (1977), «Da Botica de “Todos os Santos” aos Boticários de “S. José”», *Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa*, vol. 37, n.ºs 1-4, Lisboa, p. 326.
- (37) José DE VASCONCELLOS E MENEZES (1981), *Armadas Portuguesas de Meados do Século XV ao 3.º Quartel do Século XVI, Boticas e Boticários de Além-Mar*, Lisboa, p. 5; *Idem* (1987), *Armadas Portuguesas, Apoio Sanitário na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, p. 113; Félix Francisco PASTOR FRECHOSO, *op. cit.*, p. 25.
- (38) Manuel DAS DORES TELLO DA FONSECA, *op. cit.*, pp. 13-18.
- (39) Joaquim VERISSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, [...], vol. 3, p. 356.
- (40) Nancy G. SIRAISSI, *op. cit.*, pp. 141-152.
- (41) Jacques LE GOFF (1991), «As Plantas que Curam», *As Doenças Têm História*, trad. Laurinda Bom, Lisboa, Terramar, pp. 329-342.
- (42) Maria Benedita ARAUJO (1992), *O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Cosmos.
- (43) *Ordenações Manuelinas*, liv. 5, tít. CIX, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 316-317.

- (44) Maria Benedita ARAÚJO, *op cit.*, pp. 44-45, *passim*; J. P Sousa Dias (1993), «A Farmácia e a Expansão Portuguesa (Séculos xvii e xviii)», *A Universidade e os Descobrimientos*, Lisboa, pp. 209-227.
- (45) Maria Benedita ARAÚJO, *op cit.*, pp. 45, *passim*.
- (46) Luís Filipe BARRETO (1987), *Os Descobrimientos e a Ordem do Saber. Uma Análise Sócio-Cultural*, Lisboa, pp. 12-25; *Idem* (1983), *Descobrimientos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos Séculos xv e xvi*, Lisboa.
- (47) *Idem*, *Os Descobrimientos e a Ordem* [...], pp. 24-25.
- (48) GARCÍA DE ORTA (1987), *Colóquios dos Simples e das Drogas da Índia*, fac-símile da ed. de 1891, 2 vols., Lisboa, INCM.
- (49) Cristóvão da Costa (1964), *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais*, int. e notas Jaime Walter, Lisboa.
- (50) *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, lei. e notas de Armando Cortesão, Coimbra, 1978, p. 458.
- (51) JOSÉ DE VASCONCELLOS E MENEZES, [...] *Boticas e Boticários* [...]; *Idem*, [...], *Apoio Sanitário*, [...] pp. 113-210.
- (52) Carlos DA SILVEIRA, «As Boticas a Bordo das Naus de Quinhentos», *A Universidade* [...], pp. 239-249.
- (53) JOSÉ DE VASCONCELOS E MENEZES, [...] *Apoio Sanitário* [...], pp. 167-173; P. M. LARANJO COELHO (1922), «A Pederneira. Apontamentos para a Hsitoria dos seus Mareantes, Pescadores, Calafates e das suas Construções Navais nos Séculos xv a xviii», *O Archeologo Portuguez*, vol. 25, Lisboa, pp. 196-246.
- (54) Carlos MARTÍNEZ SHAW (1993), «Um Microcosmos de Ouro e de Lama», *Sevilha, Século xvi, De Colombo a D. Quixote, entre a Evropa e a América - o Coração e as Riquezas do Mundo*, trad. Alice Nicolau, Lisboa, Terramar, p. 14.
- (55) Iria GONÇALVES, *op. cit.*, p. 12.
- (56) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 8, fol. 1 96v.
- (57) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 64, fol. 110.
- (58) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 14, fol. 110.
- (59) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 9, fol. 67.
- (60) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 25, fol. 158.
- (61) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 60, fol. 8v.
- (62) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 70, fol. 204v.
- (63) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 69, fol. 178.
- (64) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 33, fol. 75.
- (65) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 25, fol. 114.
- (66) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 7, fol. 29.
- (67) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 33, fol. 21v.
- (68) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 69, fol. 185v.
- (69) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 71, fol. 379-379v.
- (70) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 68, fols. 296v-270.

- (71) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 65, fols. 2-2v.
- (72) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 16, fol. 32.
- (73) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 31, fols. 38v-39.
- (74) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 49, fol. 263v.
- (75) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 40, fol. 35v.
- (76) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 38, fol. 144.
- (77) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 66, fol. 18.
- (78) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 62, fol. 27v.
- (79) Além dos documentos que a seguir se referem cf. também José DE VASCONCELLOS E MENESES, [...] *Apoio Sanitário* [...], pp.113, *passim*.
- (80) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 163, doc. 16.
- (81) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 26, fol. 51.
- (82) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 242, doc. 6.
- (83) Isabel Maria RIBEIRO MENDES (1992), «Acção Religiosa e Assistencial desenvolvida em Chaul no Século XVI», *Eborensia*, n.ºs 9-10, Évora, pp. 153-154.
- (84) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 9, fol. 75.
- (85) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 32, fol. 22.
- (86) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 204, doc. 107.
- (87) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 38, fol. 128v.
- (88) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 66, fols. 8v-9.
- (89) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 57, fol. 109v.
- (90) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 58, fol. 277.
- (91) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 195, doc. 3.
- (92) Isabel Maria RIBEIRO MENDES (1990), «O "Deve e o Haver" da Casa da Rainha D. Catarina», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 28, Lisboa-Paris, p. 163.
- (93) Gomes de Brito (1907), «As Tenças Testamentárias da Infanta D. Maria», *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 5, Lisboa, p. 121.
- (94) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 8, fol. 137v.
- (95) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 40, fol. 30.
- (96) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 54, fols. 340v-341.
- (97) Maria Benedita AIRES DE ALMEIDA ARAUJO (1989), «Médicos e seus Familiares na Inquisição de Évora», *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, vol. 1, Lisboa, pp. 49-72; *Idem*. (1991), «Os Médicos Portugueses e a Inquisição de Évora», *Universidade (s), História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso «História da Universidade»*, vol. 4, Coimbra, pp. 271-280.
- (98) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 210, doc. 95.
- (99) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 242, doc. 5.
- (100) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 12, fols. 23-23v.

- (101) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 27, fol. 55v.
- (102) Mário da Costa Roque, *op. cit.*, p. 131.
- (103) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 11, fol. 51v.
- (104) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 11, fol. 19.
- (105) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 18, fol. 133v.
- (106) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 45, fol. 52.
- (107) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 20, fol. 107v.
- (108) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 151; doc. 91.
- (109) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 171, doc. 29.
- (110) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 39, fol. 62.
- (111) A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 194, doc. 125.
- (112) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 40, fols. 61-62v.
- (113) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 69, fols. 110-111v.
- (114) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 40, fol. 214.
- (115) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*, liv. 62, fol. 149v.
- (116) A.N./T.T., *Chancelaria de D. João III, Ofícios, Padrões e Doações*; liv. 47, fol. 29v.